



O ORDENAMENTO DA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA E O PAPEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Eduardo Gomes da Silva Filho¹
Universidade Federal de Roraima
eduardo.filho@ufr.br

Introdução

A fronteira entre o Brasil e a Venezuela é uma das mais extensas da América do Sul, com cerca de 2.200 km de extensão, e vem enfrentando desafios nos últimos anos em razão da crise política, econômica e social vivida pelo país vizinho. O ordenamento dessa fronteira tem sido uma das prioridades do governo brasileiro, e a Operação Acolhida, liderada pelo Exército Brasileiro, desempenha um papel fundamental nesse sentido.

A Operação Acolhida foi lançada em março de 2018, visando lidar com o fluxo de imigrantes e refugiados venezuelanos que buscam abrigo e assistência humanitária no Brasil. Desde então, mais de 400.000 venezuelanos cruzaram a fronteira para o Brasil, muitos deles em situação de extrema vulnerabilidade. A Operação Acolhida oferece serviços básicos de saúde, abrigo temporário, assistência jurídica e social, além de apoio à integração dos imigrantes à sociedade brasileira.

O Exército Brasileiro tem sido um dos principais responsáveis pela coordenação da Operação Acolhida, trabalhando em conjunto com outras autoridades governamentais, organizações internacionais e ONGs. O papel do Exército tem sido fundamental na logística e na segurança da operação, garantindo o transporte de suprimentos e a proteção dos imigrantes e das equipes de ajuda humanitária. Além disso, o Exército Brasileiro tem realizado patrulhas na fronteira, a fim de coibir atividades ilegais e garantir a segurança nacional.

As patrulhas são realizadas em conjunto com a Polícia Federal, a Receita Federal e outros órgãos de segurança, e têm sido eficazes na prevenção de crimes transnacionais,

¹ Doutorando em História pelo PPGH Universo-RJ. Professor da Universidade Federal de Roraima, Campus Murupu, bolsista Capes.



como tráfico de drogas e contrabando de armas. No entanto, a Operação Acolhida enfrenta ainda grandes desafios, especialmente em relação à capacidade de lidar com o crescente número de imigrantes e refugiados. O Brasil tem enfrentado dificuldades em fornecer serviços adequados e infraestrutura suficiente para atender às necessidades dos imigrantes, especialmente em relação à saúde e à educação. Além disso, a crise política e econômica no país afeta a capacidade do governo de lidar com a questão.

Aspectos da crise humanitária venezuelana

A Venezuela está atualmente em dificuldades, devido a uma crise interna que envolvem questões políticas, econômicas e sociais. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas - ACNUR, essa é a pior crise humanitária no mundo pós-Síria (SOUZA; LOPES, 2022, p. 14).

Ainda segundo os autores, a crise política da Venezuela se aprofundou após a morte do ex-presidente Hugo Chávez em 2013, com a ascensão ao poder de seu vice-presidente Nicolás Maduro, que venceu as eleições no mesmo ano. No início de seu governo, houve uma forte desvalorização econômica da moeda (Bolívar venezuelano), elevando a inflação a níveis altíssimos. Isso gerou uma onda de protestos contra o regime, resultando em ações opressivas por parte do governo contra os manifestantes (SOUZA; LOPES, 2022, p. 16).

Em 2019, houve a autodeclaração como presidente do opositor Juan Guaidó, que recebeu apoio de líderes de oposição da extrema direita internacional ao regime de Maduro, como nos casos de Donald Trump nos EUA e de Jair Bolsonaro no Brasil.

A instabilidade política é de tal dimensão que há 2 governos com presença no território. De um lado, Nicolás Maduro, presidente eleito, em pleito contestado, que se mantém no exercício do poder com o apoio do aparato de força do Estado, em especial as Forças Armadas, a Guarda Nacional Bolivariana e grupos armados não regulares (milícias). De outro lado, Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional da Venezuela que se autodeclarou presidente do país. A tal dicotomia soma-se outros elementos de instabilidade interna – a exemplo de corrupção, suspeita de fraude eleitoral, aumento de denúncias sobre violação de direitos humanos, indícios de perseguição política e aumento da repressão estatal (MIGON; GRIGOLI, 2019, pp. 3-4).



É válido ressaltar, que grande parte da derrocada econômica venezuelana, deu-se em parte, pelos embargos econômicos impostos pelos norte-americanos, asseverados principalmente durante o governo Obama e mantidos no governo Trump. Além disso, a escassez de produtos, serviços e alimentos têm sido generalizada na Venezuela desde que Hugo Chávez impôs um controle de preços. O maior déficit, deve-se à política do governo venezuelano de retenção de dólares aos importadores, bem como esses controles como parte das políticas econômicas do governo Maduro.

“Por muitos anos, o petróleo garantiu a boa situação econômica do país, projetando-o no cenário internacional, ao ponto de a Venezuela ser um dos países fundadores da Organização dos Países Produtores de Petróleo – OPEP” (BARBOZA, 2022, p. 270). A respeito da Operação Acolhida, Souza e Lopes afirmam que:

A Operação Acolhida foi a resposta do governo brasileiro diante da crise humanitária venezuelana que abalou o Estado de Roraima ao receber intenso fluxo migratório do país vizinho, ocasionando uma sobrecarga nos serviços públicos essenciais à população. Por intermédio do Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018, o governo federal instituiu o Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE), constituído por representantes de 12 ministérios, presidido pela Casa Civil da Presidência da República. O Ministério da Defesa ficou responsável pela secretaria-executiva, prestando apoio administrativo ao comitê. [...]. Em 14 de agosto de 2019, esse decreto foi revogado pelo Decreto nº 9.970, de 14 de agosto de 2019, que passou a envolver 11 ministérios. A Casa Civil da Presidência da República, além de presidir o comitê, ficou com a incumbência de atuar como secretaria- -executiva. Além disso, foram instituídos quatro subcomitês federais: Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes; Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade; Interiorização; e Ordenamento de Fronteira, Acolhimento, Interiorização e Saúde (SOUZA; LOPES, 2022, p. 18).

Além de imigrantes, a Operação Acolhida também recebe refugiados, segundo (SIMÕES; CERÁVOLO; FRANCHI, 2022, p. 78) “[...] cada país possui soberania e autonomia para criar suas próprias normas que regularizam a entrada e a permanência dos estrangeiros no território nacional”.

O estado de Roraima é estratégico para a Defesa Nacional e possui cerca de 1920 quilômetros de fronteira com três países, sendo 964 destes com a Venezuela. As características geográficas oferecem



permeabilidade à região. [...] A insegurança por que passa a população venezuelana é a manifestação da crise instalada naquele país. A dignidade humana foi afetada pela falta de condições em adquirir o mínimo para a sua subsistência. O instinto de sobrevivência acirrou antagonismos na briga por suprimentos. A incapacidade governamental criou um ambiente de disputa territorial que instigou a formação de grupos armados que buscam garantir a sua defesa, impondo a lei do mais forte e subjugando os mais vulneráveis. (BARBOZA, 2022, pp. 271-272).

Graças a essas especificidades descritas acima, que “houve a federalização da resposta humanitária brasileira, materializada pela Operação Acolhida” (BARBOZA, 2022, p. 272).

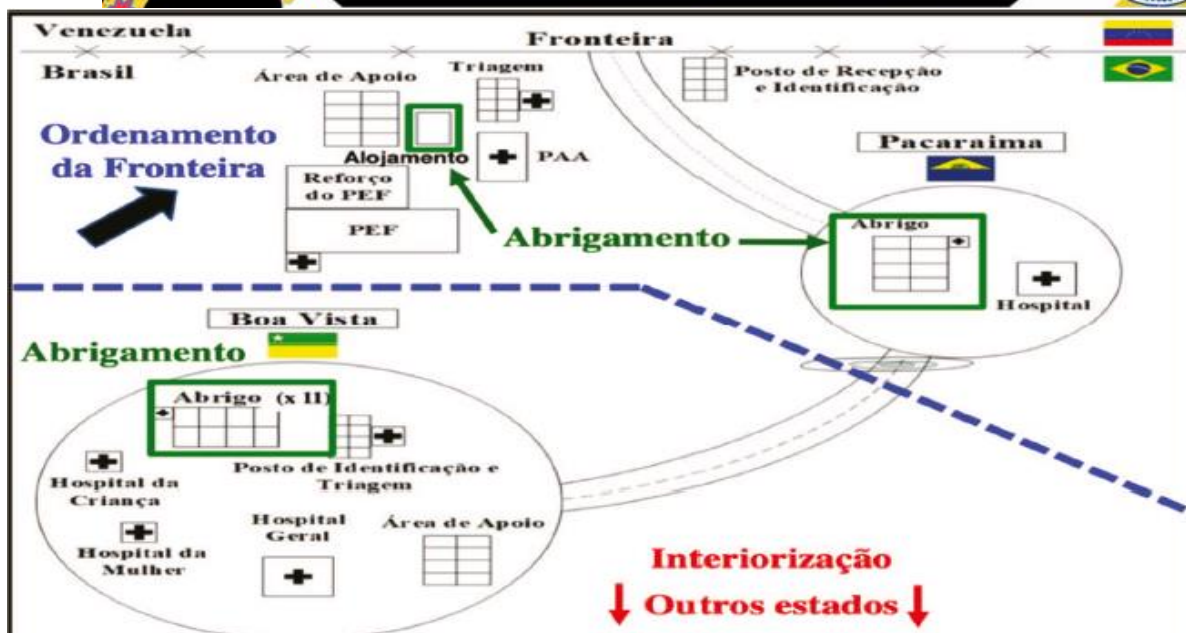
Figura 1 – Marco BV-8, Fronteira Brasil/Venezuela



Fonte: G1, 2018.

Em linhas gerais, a Operação Acolhida ratifica as ações de ajuda humanitária no em Roraima, com a participação ativa do Exército brasileiro em conjunto com instituições públicas e organizações não-governamentais, a fim de mitigar os impactos ocasionados pelo movimento migratório, além de acolher e devolver à dignidade humana às pessoas acolhidas.

Figura 2 – Esboço das estruturas montadas para ordenar o fluxo migratório venezuelano



Fonte: BARBOZA, 2022, p. 274.

No que concerne aos seus eixos de atuação, a Operação Acolhida está centrada em três aspectos: ordenamento de fronteira, acolhimento e interiorização, como pode ser observado no quadro baixo:

Quadro 1 - Eixos de atuação da Operação Acolhida

Ordenamento da Fronteira	Acolhimento	Interiorização
<ul style="list-style-type: none"> - Controle e regularização migratória - Atendimento e proteção social - Atendimento de saúde - Imunização 	<ul style="list-style-type: none"> - Abrigo emergencial - Alimentação - Proteção - Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> - Deslocamento voluntário de migrantes e refugiados de Roraima para outros municípios do País, permitindo a integração socioeconômica

Fonte: Adaptado de BARBOZA, 2022, p. 274.

Cada eixo compreende características específicas, mas que convergem entre si para objetivos bem definidos. Neste caso, o ordenamento de fronteira lida com o processo organizatório do fluxo de migrantes, logo na chegada à cidade brasileira de Pacaraima, estado de Roraima. Com base na política do Comitê Federal de Assistência Emergencial – CFAE, “o plano para ordenamento da fronteira brasileira previu a montagem de estruturas para assegurar a recepção, identificação, fiscalização sanitária, regularização



migratória e triagem dos imigrantes a partir da entrada no país” (BARBOZA, 2022, p. 275).

Já o acolhimento, tem como premissa as ações de abrigamento, executadas pelos membros do Exército com o apoio logístico e humanitário de entidades como: Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, Organização Internacional para as Migrações - OIM e Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais - ADRA.

Figura 3 – Abrigos cedidos pela ACNUR à Operação Acolhida



Foto: SILVA FILHO, 2021.

O eixo de interiorização consiste em ações estratégicas que visam diminuir a pressão em cima dos órgãos governamentais do estado de Roraima, que ocorre por conta do aumento na procura de serviços públicos por conta da crise humanitária no país vizinho, que acarreta intensa movimentação em solo brasileiro.

As ações de interiorização, visam à promoção da inclusão socioeconômica dessas pessoas, oportunizando-as encontrar oportunidades de trabalho em outros estados brasileiros. Conforme o Guia de Deslocamento Voluntário de Migrantes e Refugiados a interiorização consiste:

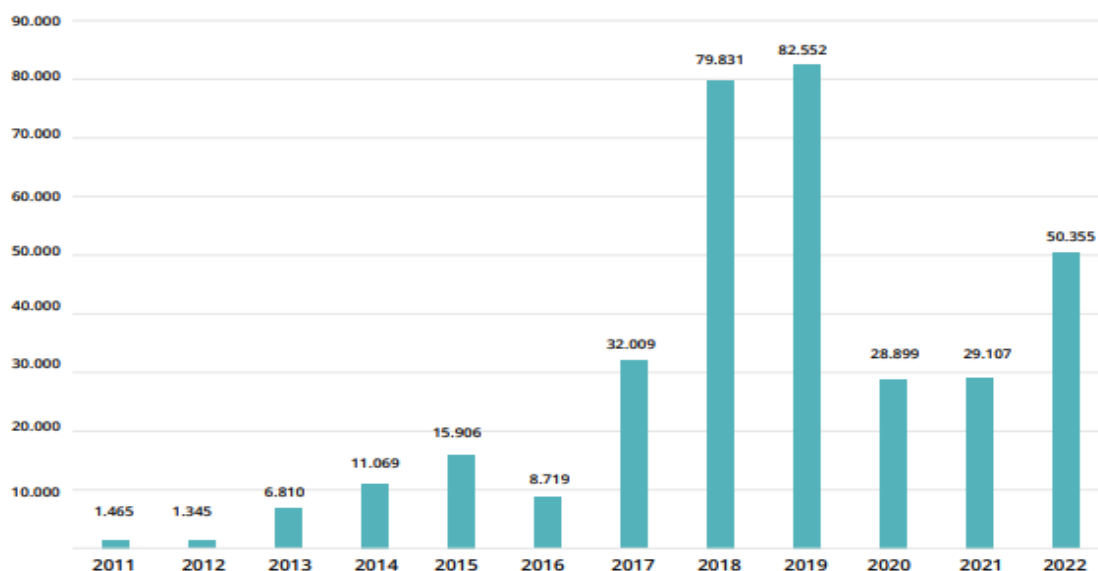
[...] no deslocamento voluntário, seguro, ordenado de refugiados e migrantes oriundos da Venezuela, em situação de vulnerabilidade, localizados nos estados do Amazonas e Roraima para outras cidades do Brasil. Seu objetivo é permitir que as pessoas beneficiadas tenham melhores opções de inserção no mercado de trabalho, acesso a serviços públicos e inclusão em redes de acolhimento nos estados e municípios de destino, ampliando assim suas possibilidades de integração social, econômica e cultural. Ao mesmo tempo, o deslocamento voluntário de parte da população refugiada e migrante de ambos os Estados permitem reduzir a pressão sobre os serviços públicos atualmente existente em Roraima, principalmente (BARBOZA, 2022, p. 275 apud GUIA DE



DESLOCAMENTO VOLUNTÁRIO DE MIGRANTES E REFUGIADOS, 2021, p. 10).

O aumento da demanda migrante no Brasil entre os anos de 2011 e 2022, também se reflete no aumento no número de refugiados, como pode-se observar no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, segundo ano de solicitação - 2011 - 2022



Fonte: OBMigra, 2022.

As afirmações do gráfico acima, podem ser constatadas no Relatório produzido pelo Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, no ano de 2023 e dispostas nas solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil em 2022 (JUNGER: *et al.*, 2023, p. 11).

No que tange aos números gerais acerca da migração, tanto a Operação Acolhida quanto o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras – IDESF, publicam periodicamente os números referentes à migração no Brasil, e em particular, acerca da migração venezuelana, como pode-se observar abaixo, em relação ao ano de 2022:

Figura 4 – Números da migração venezuelana no Brasil em 2022



Fonte: Operação Acolhida, 2022 – Realização: IDESF, 2022.

É mister saliente, que pretérita à Operação Acolhida:

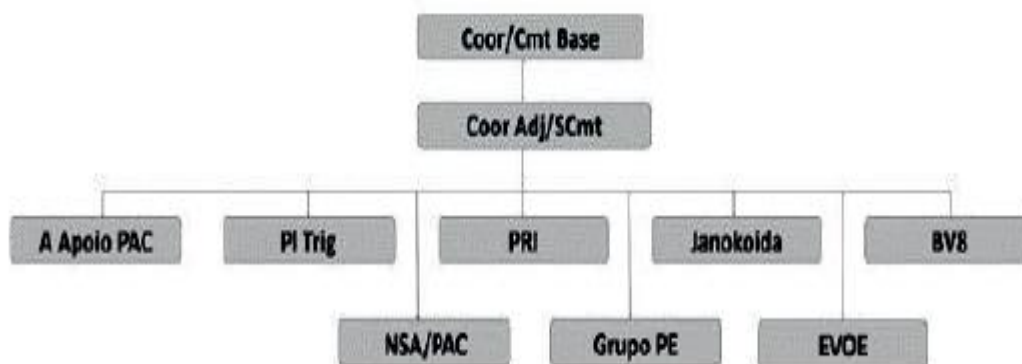
A responsabilidade pelo controle da fronteira é compartilhada por diferentes órgãos federais e estaduais. Diante da emergência humanitária, antes mesmo da estruturação da Operação Acolhida, o Ministério da Defesa autorizou o estabelecimento da Operação Controle, que determinou ao EB a intensificação da vigilância na faixa de fronteira próxima à cidade de Pacaraima (DARÓZ; CELESTINO, 2022, p. 71).

O Exército Brasileiro, firmou parcerias a partir das ações da Força Tarefa Logística Humanitária - FT Log Hum, na cidade de Pacaraima com diversas agências, tais como: PF, Receita Federal (RF), Ministério da Cidadania, Defensoria Pública da União, Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), Prefeitura Municipal de Pacaraima, OIM, ACNUR, UNICEF, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Cruz Vermelha Internacional, Associação Voluntária para o Serviço Internacional-Brasil (AVSI Brasil), Fraternidade Missões Humanitárias Internacional, igrejas, sociedade civil, entre outras (DARÓZ; CELESTINO, 2022, p. 75).

A fim facilitar as operações para o ordenamento da fronteira, a FT Log Hum firmou uma base na cidade Pacaraima, aproveitando a sede do 3.º Pelotão Especial de Fronteira, disposta no organograma abaixo:



Organograma 1 - Base da FT Log Hum em Pacaraima: agosto de 2021



Fonte: Operação Acolhida, 2021; DARÓZ; CELESTINO, 2022, p. 75.

A estrutura da operação em Pacaraima é composta da seguinte forma:

- Posto de Recepção e Identificação (PRI);
- Posto de Interiorização e Triagem (PITrig);
- Núcleo de Saúde Acolhida de Pacaraima (NSA/PAC);
- Grupo de PE;
- Alojamento BV-8;
- Abrigo Janokoida;²
- Equipe de verificação de ocupações espontâneas (EVOE) (DARÓZ; CELESTINO, 2022, p. 75).

A Operação Acolhida começa no ordenamento da fronteira, passa pelo abrigamento e termina na interiorização. O atendimento ao fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos no extremo Norte do Brasil só é possível graças ao trabalho da FT Log Hum, que organizou e opera estruturas para assegurar a recepção, identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória e triagem de todos aqueles oriundos do país vizinho. A ela deve-se o sucesso do atendimento estatal brasileiro à emergência humanitária provocada pela crise social-política-econômica na Venezuela (DARÓZ; CELESTINO, 2022, p. 76).

² O abrigo Janokoida é destinado ao acolhimento dos imigrantes indígenas venezuelanos.



Para o Coronel de Cavalaria Alessandro Paiva de Pinho, existe uma meta almeja pela Operação Acolhida, que consiste no ordenamento integral da fronteira, a partir do controle do fluxo migratório, com os imigrantes sendo devidamente abrigados, interiorizados ou retornados ao seu país de origem de forma voluntária (PINHO, 2019, p. 29).

Considerações finais

Para se ter uma ideia da dimensão da Operação, ela conta com uma parceria de 11 ministérios, além das parcerias as organizações da sociedade civil e dos organismos internacionais citados, oportunizando aos imigrantes e refugiados uma perspectiva de vida mais digna, a partir de processos de inclusão socioeconômica (VAZ; FILHO, 2022, p. 31).

Para se ter noção da importância desse tipo de operação de logística humanitária, a operação em questão já realizou mais de 217 mil atendimentos sociais; mais de 46 mil venezuelanos foram reconhecidos pelo Brasil como refugiados; além disso, mais de 255 mil CPFs foram emitidos. Outrossim, foram concedidos cerca de 155 mil pedidos de residência. Em relação às Forças Armadas, também segundo o portal do Governo Federal, aproximadamente, 4 mil militares já participaram das ações de acolhimento (VAZ; FILHO, 2022, pp. 31-32).

Em síntese, “[...] a questão da cooperação na fronteira está imbricada na área de defesa e isso, por sua vez, envolve o Exército” (NUNES, 2018, p. 33). Nesse sentido, o ordenamento da fronteira entre o Brasil e a Venezuela tem sido um desafio complexo, que requer além da atuação do Exército, a coordenação de diferentes órgãos governamentais e organizações internacionais.

Outrossim, a Operação Acolhida liderada pelo Exército Brasileiro, desempenha um papel fundamental na garantia da segurança e na assistência humanitária aos imigrantes e refugiados venezuelanos que cruzam a fronteira em busca de ajuda.

Referências



BARBOZA, Túlio Pires. A operação acolhida e a segurança humana dos imigrantes venezuelanos. In: OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; (Org.). **Anais do I Congresso do Migrafron**. Uberlândia: Marco Teórico, pp. 269-294, 2022.

BRASIL. **Guia do Deslocamento voluntário de refugiados e migrantes**. Brasília/ DF: Ministério da Cidadania/ OIM, 2021.

DARÓZ, Carlos; CELESTINO, Sabrina. **Operação Acolhida**: a força-tarefa logística humanitária e o apoio aos imigrantes venezuelanos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2022.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser; GRIGOLI, Guilherme de Araújo. Breves notas sobre a Operação Acolhida: resposta humanitária brasileira a crise migratória venezuelana. **Anais do VI Seminário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios**, pp. 1-12, 2009. Disponível em: <https://niem.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Breves-notas-sobre-a-Opera%C3%A7%C3%A3o-Acolhida-Migon-et-Grigoli-revisado.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2023.

NUNES, Rogério Marques. A presença do Exército Brasileiro na fronteira terrestre do Brasil. **A Defesa Nacional**, Ano CV – v. 105, n.º 836, pp. 29-42, 2.º Quadrimestre de 2018. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/2580/2044>. Acesso em: 24 ago. 2023.

PINHO, Alessandro Paiva de. **O Exército Brasileiro na Operação Acolhida**. especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) -- Escola de Comando e Estado--Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

SIMÕES, G., F; CERÁVOLO, L., E., S; FRANCHI, T. A evolução da legislação sobre o refúgio no âmbito internacional, regional e nacional e seus impactos para a Operação Acolhida. **A Defesa Nacional**, n.º 846, pp. 78-88, 2022. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/9061/7815>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SOUZA, Orlando Mattos Sparta de; LOPES, Roger Regufe Gonçalves. Operação Acolhida: a resposta do Estado brasileiro diante da crise humanitária venezuelana e suas consequências para a Defesa Nacional. **A Defesa Nacional**, n.º 846, pp. 14-26, 2022. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/9054/7809>. Acesso em: 24 ago. 2023.

VAZ, Luísa Guimarães; FILHO, João Batista de Aguiar. Refugiados venezuelanos nas fronteiras do Brasil durante a pandemia da covid-19: uma análise a partir dos estudos de segurança. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 55, pp. 25-42, janeiro/abril



2022. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/8074/7909>. Acesso em: 24 ago. 2023.